



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Piauí  
Gabinete do Reitor

### RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 272, DE 10 DE MAIO DE 2022

Regulamenta o retorno das atividades presenciais acadêmicas dos cursos de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Colégios Técnicos e do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação da UFPI.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO-CEPEX, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, e considerando:

- as competências que lhe foram atribuídas pelo Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, desta Universidade, aprovado pela Resolução nº 011/84, de 10 de outubro de 1984, e alterado pelas Resoluções nº 101/05, de 17 de junho de 2005, e 049/13, de 26 de março de 2013, todas do mencionado Conselho;
- a decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em reunião do dia 9 de maio de 2022;
- o Processo Nº 23111.019765/2022-96;
- o abrandamento da situação da pandemia da COVID-19, as atuais condições epidemiológica dos municípios que abrigam os **campi** da UFPI e o avançado estágio da cobertura vacinal do corpo social da universidade;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 177, de 05 de novembro de 2012, que regulamenta o ensino de Graduação na UFPI, e suas atualizações;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 189, de 14 de setembro de 2007, que regulamenta o ensino de Pós-Graduação Stricto Sensu na UFPI;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 100, de 09 de julho de 2019, que regulamenta o ensino de Pós-Graduação Lato Sensu na UFPI;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 187, de 19 de janeiro de 2022, que regulamenta o desenvolvimento de processo híbrido de ensino e de aprendizagem para o retorno gradativo à presencialidade dos cursos de Graduação e Pós-Graduação da UFPI;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 189, de 15 de fevereiro de 2022, que altera a Resolução CEPEX/UFPI Nº 187, de 19 de janeiro de 2022;
- a Resolução CEPEX/UFPI Nº 209, de 23 de fevereiro de 2022, que regulamenta o desenvolvimento de processo híbrido de ensino e de aprendizagem para o retorno gradativo à presencialidade dos cursos de ensino básico, técnico e tecnológico dos Colégios Técnicos da UFPI;
- a Resolução CONSUN/UFPI Nº 56, de 20 janeiro de 2022, aprova o Protocolo Geral de Biossegurança para Retomada de Atividades Presenciais na UFPI, e suas atualizações;

- a Resolução CNE/CP nº 2, de 5 de agosto de 2021, que institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino aprendizagem e para a regularização do calendário escolar;

- a Portaria nº 2.117 – MEC, de 06 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino;

- a Portaria nº 1.030 – MEC, de 01 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre o caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas, enquanto durar a situação da pandemia do Novo Coronavírus - Covid-19;

- a Portaria nº 1.038 – MEC, de 07 de dezembro de 2020, que altera a Portaria nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020;

- a Portaria nº 320 – MEC, de 04 de maio de 2022, que altera a Portaria nº 1.030, de 01 de dezembro de 2020;

- a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, que estabelece normas educacionais excepcionais a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e que altera a Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009;

- a Lei nº 14.218, de 13 de outubro de 2021, que altera a Lei nº 14.040, de 18 de agosto de 2020, para dispor sobre a validade das normas educacionais a serem adotadas, em caráter excepcional, enquanto perdurarem a crise sanitária decorrente da pandemia da COVID-19 e suas consequências;

- a Portaria GM/MS Nº 913, de 22 de abril de 2022, que declara o encerramento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo coronavírus (2019-nCoV) e revoga a Portaria GM/MS nº 188, de 3 de fevereiro de 2020; e,

- a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 36, de 06 de maio de 2022, que estabelece o retorno ao trabalho em modo presencial dos servidores e empregados públicos dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal – SIPEC.

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o retorno presencial das atividades acadêmicas dos cursos de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Colégios Técnicos e do Ensino de Graduação e de Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí-UFPI.

Parágrafo único. Como medida transitória, fica mantido o formato de ensino do período letivo em exercício, conforme os calendários acadêmicos em execução.

Art. 2º Os Colégios Técnicos, as coordenações de cursos de graduação, chefias de Departamentos e os Programas de Pós-Graduação devem articular suas ofertas de componentes curriculares em formato presencial.

Art. 3º Em situações exclusivamente excepcionais, as atividades acadêmicas presenciais de componentes curriculares, poderão ocorrer por meio do uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas, a saber:

I – Eventual agravamento da pandemia, determinada pela instância competente, seja federação e/ou pelo estado e/ou município, aplicado de forma proporcional a condição pandêmica que se apresentar; ou,



II – Proporcionar adiantamento curricular ou como estratégia para minimizar os atrasos curriculares ocorridos em função da pandemia, não ultrapassando o limite de 20% do total da oferta.

Art. 4º O componente curricular executado por meio do uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas deverá conter plano de trabalho aprovado, no âmbito institucional, analisado e apensado ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), conforme modelo no Apêndice A.

§ 1º O curso de Graduação ou Pós-Graduação que já possui Plano de Trabalho aprovado fica dispensado de elaborar um novo Plano de Trabalho referente ao mesmo Componente Curricular.

§ 2º No caso dos componentes curriculares dos cursos de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico dos Colégios Técnicos, deverão ser aprovados pelo respectivo Colegiado do Curso.

§ 3º No caso dos componentes curriculares da Pós-Graduação, deverão ser aprovados pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação.

§ 4º As defesas de teses, dissertações, TCC's e exames de qualificações podem, a critério dos colegiados dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação, serem executados por meio do uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas.

Art. 5º Para aulas e atividades presenciais, bem como ingresso a todas as edificações de atividades acadêmicas ou administrativas da UFPI, deverá ser apresentado o comprovante de vacinação ou testagem negativa a cada 72 horas, para COVID-19, de acordo com o Protocolo de Biossegurança institucional e suas atualizações, em obediência à legislação vigente.

Art. 6º As normas de Biossegurança, de utilização de EPIs, de assepsia e higienização de mãos, ambientes e espaços acadêmicos institucionais estão descritas no Protocolo de Biossegurança institucional e suas atualizações, em obediência à legislação vigente.

Art. 7º Os casos omissos serão deliberados pela Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, e as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, conforme o caso, bem como poderão ser apreciados pelo Comitê Gestor de Crise – CGC/UFPI.

Art. 8º Para melhor implementação do retorno presencial imediato e para que os Colégios Técnicos, os Departamentos e Cursos de Graduação e Pós-Graduação se ajustem, a Superintendência do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, as Pró-Reitorias de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação poderão estabelecer períodos complementares de oferta e ajustes de oferta, que antecedam às matrículas curriculares previstas nos calendários acadêmicos vigentes.

Art. 9º Ficam suspensos os efeitos dos seguintes artigos da Resolução nº 177 – CEPEX/UFPI, de 05/11/2012: Arts. 23 a 26; 96, especificamente os §§ 1º e 2º; 103, § 2º; 114; 344, especificamente o inciso II; e 348.

Art. 10. Ficam revogadas:

I – Resolução CEPEX/UFPI Nº 75, de 25 de junho de 2021;

II – Resolução CEPEX/UFPI Nº 187, de 19 de janeiro de 2022;

III – Resolução CEPEX/UFPI Nº 189, de 15 de fevereiro de 2022; e,

IV – Resolução CEPEX/UFPI Nº 209, de 23 de fevereiro de 2022.

Art. 11. Esta Resolução, por urgência na produção de seus efeitos, entrará em vigor na data de sua publicação, conforme disposto no Parágrafo único, do Art. 4º, do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, da Presidência da República, justificando-se a necessidade da UFPI, diante do cenário atual, retornar às suas atividades acadêmicas presenciais.

Teresina, 10 de maio de 2022

  
GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor

APÊNDICE A - RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 272, DE 10 DE MAIO DE 2022

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE COMPONENTE CURRICULAR EXECUTADO POR MEIO DE  
TECNOLOGIAS DIGITAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS

APÊNDICE A.I – IDENTIFICAÇÃO DE COMPONENTE CURRICULAR

1. CURSO \_\_\_\_\_
2. CENTRO/CAMPUS/COLÉGIO \_\_\_\_\_
3. QUAL ESTRUTURA CURRICULAR VIGENTE DESTE CURSO (Resolução e/ou processo que aprova)  
\_\_\_\_\_
4. COMPONENTE CURRICULAR \_\_\_\_\_
5. O COMPONENTE CURRICULAR CITADO ACIMA JÁ TEM PLANO DE TRABALHO REMOTO APROVADO?  
\_\_\_\_\_
6. QUAL NATUREZA DO COMPONENTE CURRICULAR? (Assinalar abaixo):
  - 6.1  DISCIPLINA OBRIGATÓRIA ESPECIAL
  - 6.2  DISCIPLINA OBRIGATÓRIA ORDINÁRIA
  - 6.3  DISCIPLINA OPTATIVA
  - 6.4  TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO/TCC
  - 6.5  SEMINÁRIO DE INTRODUÇÃO AO CURSO/SIC
  - 6.6  LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LIBRAS
  - 6.7  ATIVIDADES COMPLEMENTARES GERAIS/ACG
  - 6.8  ATIVIDADES CURRICULARES DE EXTENSÃO/ACE
  - 6.9  ESTÁGIO/ PRÁTICA PROFISSIONAL DE ESTÁGIO – LICENCIATURA
  - 6.10  ESTÁGIO/ PRÁTICA PROFISSIONAL DE ESTÁGIO – BACHARELADO
  - 6.11  ESTÁGIO/ PRÁTICA PROFISSIONAL DE ESTÁGIO – INTERNATO (MEDICINA). Especificar: -  
\_\_\_\_\_
  - 6.12  ESTÁGIO/ PRÁTICA PROFISSIONAL DE ESTÁGIO – BACHARELADO (ÁREA DA SAÚDE)
  - 6.13  COMPONENTE CURRICULAR EXIGENTE DE LABORATÓRIO ESPECIALIZADO
  - 6.14  METODOLOGIA DE ENSINO
  - 6.15  DIDÁTICA GERAL
  - 6.16  AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM
  - 6.17  FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO
  - 6.18  HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
  - 6.19  SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO
  - 6.20  PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO



6.21 [ ] LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

6.22 [ ] ESTÁGIO DOCENTE DA PÓS-GRADUAÇÃO

6.23 [ ] \_\_\_\_\_



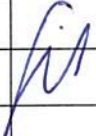


**APÊNDICE A.II – FORMULÁRIO DE APROVAÇÃO DE PLANO DE TRABALHO POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS**

O COLEGIADO DO CURSO \_\_\_\_\_, CENTRO/CAMPUS/COLÉGIO \_\_\_\_\_, aprova planos de trabalho com a definição das atividades pedagógicas por meio do uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas, com previsão de execução, conforme Calendário Acadêmico, no limite estabelecido pelas regulamentações em vigor do MEC e da UFPI, considerando metodologia e a mediação por tecnologias digitais de informação e comunicação adequadas à infraestrutura e interação necessárias, conforme Ata da Reunião do Colegiado com fundamento na presente RESOLUÇÃO.

Assinaturas

**1. LISTA DOS COMPONENTES CURRICULARES A SEREM OFERTADOS POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS (definir os componentes informando código e carga horária de cada um):**

COMPONENTE CURRICULAR OFERTADO						PRÉ-REQUISITO (Código e Nome)
UNIDADE RESPONSÁVEL	TIPO (Disciplina, Atividade, Módulo)	CÓDIGO	NOME	CRÉDITO (X.Y.Z)	CARGA HORÁRIA	
						
			TOTAL			

**2. PLANO DE ENSINO E APRENDIZAGEM POR MEIO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS, POR COMPONENTE CURRICULAR OFERTADO:**

- a. Identificação do componente curricular;
- b. Ementa;
- c. Objetivos (constituem a descrição dos produtos a serem alcançados pelo Plano de Trabalho);
- d. Conteúdo Programático e Respectiva Previsão de Carga Horária;
- e. Metodologia (Processos e Procedimentos por Meio de Tecnologias Digitais, Inovações Tecnológicas e Metodologias Ativas);
- f. Recursos Didáticos (uso do ambiente virtual de aprendizagem como mídia principal, complementado com material impresso, audiovisual, **webconferências**, videoaulas, conteúdos organizados em plataformas virtuais de ensino e aprendizagem, redes sociais, correio eletrônico, blogs, entre outros);
- g. Outras sugestões:

- g.1) Orientação de leituras, projetos, pesquisas, atividades e exercícios indicados nos materiais didáticos;
- g.2) Indicação de como as atividades laboratoriais serão mediadas por meio de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas, em conformidade com as especificidades do curso;
- g.3) Mecanismos de interação entre docentes e discentes, especificamente no que se refere à Tecnologia Digital de Informação e Comunicação (TDIC) e aos respectivos procedimentos e às formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem, no contexto da oferta com uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas;
- h. Sistemática de avaliação e frequência (definição de instrumentos avaliativos, durante todo o processo, que possam mensurar qualitativa e quantitativamente o desenvolvimento do aprendiz do discente).

### 3. RECOMENDAÇÕES GERAIS QUANTO ÀS PARTICULARIDADES DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS COM USO DE TECNOLOGIAS DIGITAIS, INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E METODOLOGIAS ATIVAS:

- 3.1 Todos os materiais utilizados para as aulas, não produzidos diretamente pelo docente responsável pela atividade curricular, deverão fazer referência à respectiva fonte, com a indicação de autoria, respeitados os direitos autorais assegurados pela Lei N.º 9.610/1998, de 19/02/1998 (sobre Direitos Autorais);
- 3.2 Definir e identificar o componente curricular a ser desenvolvido por meio de atividade com uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas;
- 3.3 Definir como este componente curricular será avaliado de forma compatível com atividades que utilizem tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas;
- 3.4 Informar sobre material didático e sua disponibilidade por mídia impressa (se possível), como também através de mídia digital;
- 3.5 Prever planejamento de estudos do discente para o cumprimento de atividade pedagógica por meio de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas;
- 3.6 No caso da oferta de Estágio Supervisionado Obrigatório, definir como serão as práticas profissionais na exata medida das possibilidades de ferramentas disponíveis;
- 3.7 Ponderar a possibilidade de realização de atividades **online** síncronas, de acordo com a disponibilidade tecnológica;
- 3.8 Ponderar a possibilidade de oferta de atividades **online** assíncronas de acordo com a disponibilidade tecnológica.

### 4. TRÂMITE E PRAZO\*:

Ordem	Procedimento Acadêmico	Prazo
1	Colegiado do Curso discute, planeja, analisa e aprova cada Plano de Trabalho com uso de tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas	Até o início de cada Período Letivo
2	Representante do Colegiado gera processo eletrônico e encaminha para a CDAC/PREG ou PRPG com toda a documentação anexada exigida	Até o início de cada Período Letivo



3	CDAC/PREG retorna à Coordenadoria de Curso para ajustes, quando houver necessidade	Até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento pela CDAC/PREG
4	Coordenadoria de Curso retorna para CDAC/PREG o plano ajustado, se for o caso	
5	CDAC/PREG encaminha despacho à CAMEN/PREG	Até 5 (cinco) dias do recebimento da Coordenadoria do Curso
6	CAE/PROPLAN ou CAMEN/PREG encaminha Ofício informando a respeito da adesão de Curso de Graduação da UFPI às atividades mediadas por tecnologias digitais, inovações tecnológicas e metodologias ativas para a SERES/MEC, em atendimento às determinações da Portaria MEC N.º 544/2020, de 16/06/2020, e envia o Processo para a respectiva Coordenadoria de Curso visando ciência	Até 45 (quarenta e cinco) dias úteis após início do Período Letivo Corrente

\* Os Colégios Técnicos definirão em suas Unidades a tramitação e prazos conforme especificidades.